

São Filipe, 13 Jan (Inforpress) – A problemática de água para agricultura na zona sul, desde Brandão (São Filipe) a Roçadas (Santa Catarina) é candente e precisa ser resolvida para o bem dos agricultores, consideram os deputados eleitos pelo MpD pelo círculo do Fogo.

Luís Alves disse que os agricultores da zona sul passam por algumas dificuldades há muito tempo e o projecto de investimento na rede para agricultura, de quase 600 mil contos, nunca funcionou em condições e que, neste momento, há uma disponibilidade para 560 metros cúbicos de água que não é suficiente para a demanda dos agricultores que necessitam de 1200 metros cúbicos de água/dia.

“Apelamos à interferência do Governo e melhor coordenação junto das câmaras, porque a Águabrava é uma empresa intermunicipal, para resolver o problema de água para agricultura”, afirmou o deputado Luís Alves.

Os parlamentares eleitos pelo MpD visitaram a empresa Águabrava e receberam informações do seu administrador/delegado e, segundo Luís Alves, esta empresa elaborou um projecto que foi submetido ao Governo para a melhoria de toda a rede para água, num valor de cerca de 70 mil contos e capaz de disponibilizar 1200 metros cúbicos de água.

Segundo o mesmo, a administração da empresa garantiu que vai colocar uma bomba na estação de Sebastião Dias e que na próxima semana a situação será minimizada com a disponibilidade de 560 metros cúbicos de água, que não é suficiente e há a necessidade de racionalizar a sua distribuição até a resolução definitiva do problema.

Outra situação que os deputados do MpD não entendem é a não passagem da gestão da rede de agricultura da delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente para a empresa Águabrava, já que no âmbito do protocolo assinado entre Águabrava e ANAS a transferência devia ser imediata.

Este parlamentar disse que a empresa colocou várias questões, mas neste momento existe um entendimento para a passagem definitiva da gestão da água para agricultura para a Águabrava que tem melhores condições técnicas.

Com relação à tarifa de água, que não foi actualizada nos últimos sete anos, Luís Alves disse que as autarquias ficaram de reunir com a Águabrava para analisar a situação e disponibilizar água no preço praticado pelo ministério que é de 55 escudos, devendo o Governo encontrar formas de entrar com a diferença que poderá ser através da isenção do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA), subvenção ou forma.

“A responsabilidade de gestão e produção de água veio do ano passado, não é de agora, arrasta-se há mais de sete anos e as pessoas têm de ser responsabilizadas”, disse Luís Alves.

Questionados se os deputados estão satisfeitos com os investimentos previstos para a ilha no quadro do Orçamento Geral do Estado, os deputados do MpD afirmam que “nenhum quadro orçamento poderia satisfazer o Fogo ou outras ilhas, mas que se trata do orçamento possível e há actividades que foram priorizadas”.

Segundo Luís Alves, uma das prioridades para o Fogo está relacionado como o programa de emergência de Chã das Caldeiras, salientando que o plano de ordenamento está em consulta pública e que a sua implementação é uma grande solução para a ilha.

Além disso, destaca todo o empenho do Governo com a requalificação das cidades da ilha e que existe uma “grande fatia” para a requalificação urbana.

JR/ZS

Inforpress/Fim

**Gostar disto:**

GostoCarregando...

*Relacionado*